

PICUM TRIMESTRAL Janeiro - Março 2014

FRONTEIRAS

DESENVOLVIMENTOS NA POLÍTICA EUROPEIA

DESENVOLVIMENTOS A NÍVEL NACIONAL

CUIDADOS DE SAÚDE

TRABALHO E CONDIÇÕES LABORAIS JUSTAS

MULHERES INDOCUMENTADAS

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

FRONTEIRAS

GRÉCIA / ProAsyl e ECRE apelam a investigação na sequência de uma operação de recâmbio que levou à morte de migrantes

Na sequência de um incidente fatal no mar ao largo da ilha grega de Farmakonisi, a 20 de janeiro de 2014, no qual nove crianças e três mulheres morreram, a ProAsyl e o Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados (ECRE) pediram uma investigação independente sobre um alegado recâmbio. De acordo com os sobreviventes, o navio da guarda costeira grega rebocava o barco em direção à costa turca a alta velocidade, quando o barco virou. Em novembro de 2013, a ProAsyl publicou um [relatório](#) sobre as violações de direitos humanos que ocorrem quando os barcos são enviados para trás.

Fonte: [ProAsyl e ECRE](#), 22 de janeiro de 2014

ITÁLIA / Lampedusa nomeada para o Prémio Nobel da Paz 2014

Depois de quase 360 migrantes terem morrido no mar a 3 de outubro de 2013, o jornal italiano 'Espresso' iniciou uma petição para nomear Lampedusa para o prémio Nobel da Paz em 2014. A Professora Elisabeth Eide, da Universidade de Oslo, afirmou numa carta ao Comité Nobel norueguês que muitos dos migrantes que conseguiram sobreviver à perigosa viagem através do Mediterrâneo receberam muitas vezes ajuda dos habitantes da ilha. Cerca de 20.000 migrantes morreram no mar enquanto tentavam chegar à ilha de Lampedusa durante os últimos 20 anos. Só no período de 30 de setembro a 11 de outubro de 2013 morreram 640 pessoas, incluindo pelo menos 100 crianças.

Fontes: [L'Espresso](#), 5 de fevereiro de 2014; [L'Espresso](#), 31 de janeiro de 2014

ESPANHA / 200 migrantes subsarianos atravessam a vedação da fronteira em Melilla

Cerca de 200 imigrantes subsarianos passaram a vedação da fronteira no enclave espanhol norte-africano de Melilla, a 28 de fevereiro de 2014. Este acontecimento dá-se após várias outras passagens de fronteira envolvendo um grande número de migrantes no início de 2014. Desde o início do ano, cerca de 500 pessoas entraram no enclave espanhol. Desta vez, os oficiais da Guarda Civil Espanhola não usaram balas de borracha, após um incidente recente em que 14 migrantes

subsarianos morreram na sua tentativa de nadar de Marrocos até Ceuta (ver [Boletim PICUM 20 de fevereiro de 2014](#)). Depois de atravessar a vedação, os migrantes subsarianos foram encaminhados para o Centro para Acolhimento Temporário de Imigrantes (CETI), cuja lotação ultrapassava já em mais do dobro a sua capacidade, com 1.080 migrantes indocumentados. O primeiro-ministro espanhol, Mariano Rajoy, instou a UE a oferecer a Espanha e outros países de fronteira da UE um maior apoio para reduzir a entrada irregular.

Fontes: [EFE](#), 28 de fevereiro de 2014; [EFE](#), 28 de fevereiro de 2014

DADOS / Novos registos de mortes de migrantes

Uma nova iniciativa intitulada "Ficheiros de Migrantes" (The Migrant Files) destina-se a manter um registo das mortes dos migrantes a caminho da Europa desde o ano 2000. De acordo com o banco de dados, mais de 23.000 imigrantes morreram desde 2000. Os dados recolhidos incluem morte por afogamento no mar, morte causada por violência nas fronteiras da UE, morte em detenção, bem como dados de migrantes que foram mortos depois da deportação para o país de origem. A iniciativa foi fundada por um consórcio pan-europeu de jornalistas de vários órgãos de comunicação social nacionais e a nível da UE, e baseia-se em dados previamente recolhidos pela União para Ação Intercultural (United for Intercultural Action) entre 1993 e 2012.

Fonte: [The Migrant Files](#), março de 2014

DESENVOLVIMENTOS NA POLÍTICA EUROPEIA

COMISSÃO EUROPEIA / Adoção da comunicação sobre a política de repatriamento da UE

A Comissão Europeia (CE) adotou a 28 de março de 2014 uma [Comunicação sobre a Política de Repatriamento da UE](#), destacando a necessidade de uma melhor aplicação prática da Diretiva do Retorno da UE e de políticas de retorno em geral. A Comissão destaca que o pleno respeito dos direitos fundamentais deve ser assegurado no âmbito de procedimentos de retorno e afirma a intenção de adotar, no prazo de um ano, um "Manual do Retorno" contendo orientações comuns, boas práticas e recomendações aos estados-membros para a execução dos retornos de forma consistente com as normas internacionais pertinentes e em consonância com as garantias estabelecidas no âmbito da Diretiva do Retorno. A avaliação também inclui informações comparativas entre países sobre a detenção, incluindo alternativas à detenção, monitorização de retorno forçado e efeitos suspensivos de um recurso contra as direções de remoção.

Fontes: Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a Política de Repatriamento da UE; [Comunicado de Imprensa da Comissão Europeia](#), 28 de março 2014

COMISSÃO EUROPEIA / Consulta às partes interessadas: 'Uma Europa aberta e segura – o que vem depois?'

Sucedendo ao quadro atual, conhecido como o [Programa de Estocolmo](#), 2014 irá ver a União Europeia a definir a agenda para os próximos anos no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ), incluindo as políticas de migração. A direção-geral da Comissão Europeia responsável pelas políticas de Assuntos Internos (DG HOME) lançou uma consulta pública intitulada "Uma Europa aberta e segura – o que vem depois?". Os contributos de várias entidades para a consulta estão disponíveis [aqui](#). A Comissária para os Assuntos Internos, Cecilia Malmström, falou sobre o futuro das políticas de Assuntos Internos, numa [conferência a 29 de janeiro de 2014](#).

CONSELHO DA EUROPA / Espanha condenada por recusar cuidados de saúde a migrantes indocumentados

A 29 de janeiro de 2014 o Conselho da Europa expressou preocupação sobre o retrocesso nos desenvolvimentos legislativos relativamente ao acesso a cuidados de saúde para migrantes em Espanha. A conclusão é parte de um relatório do Comité Europeu dos Direitos Sociais, que examina se as leis nacionais estão de acordo com a Carta Social Europeia. A 20 de abril de 2012 o governo espanhol emitiu um Decreto-Lei Real que limita o acesso a serviços de saúde para migrantes irregulares apenas aos cuidados de emergência, cuidados de maternidade e assistência a criança (ver [Boletim PICUM 29 de maio de 2012](#)). O relatório lista ainda outros países que violam as suas obrigações de cuidados de saúde para com os migrantes em situação irregular, tais como Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Finlândia e França.

Fontes: [El País](#), 29 de janeiro de 2014; [El País English](#), 29 de janeiro 2014

CONSELHO DA EUROPA / Relatório após visita ao país pelo Comissário do Conselho da Europa para os Direitos Humanos

Na sequência da sua visita à Dinamarca, entre 19 e 21 de novembro de 2013, o Comissário do Conselho da Europa para os Direitos Humanos, Nils Muižnieks, publicou um [relatório](#) sobre questões de direitos humanos, incluindo práticas de imigração e de asilo na Dinamarca. Na Dinamarca, a detenção de imigrantes foi relatada como sendo prolongada até um

ano em alguns casos. Ao visitar o centro de detenção de Ellebaek, o Comissário ficou preocupado ao ouvir que, em alguns casos, pessoas particularmente vulneráveis como crianças ou vítimas de tráfico foram detidas. O relatório coloca um foco especial nos direitos das crianças no contexto da imigração e asilo. O Comissário destacou que frequentemente as autoridades não decidem no melhor interesse da criança e recusam o reagrupamento familiar ou deportam as crianças e os seus familiares.

Fonte: [Council of Europe](#), 24 de março de 2014

PARLAMENTO EUROPEU / Adoção do regulamento que estabelece regras para as operações marítimas coordenadas pela Frontex

O Parlamento Europeu aprovou a 16 de abril de 2014 o [Regulamento que estabelece regras de vigilância nas operações conjuntas coordenadas pela Frontex](#), com 528 votos a favor, 46 abstenções e 88 votos contra. A 20 de fevereiro de 2014 Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu votou a favor do [texto de compromisso](#) sobre o regulamento. As regras requerem que as unidades que participam em operações da Frontex garantam a segurança e dignidade humana das pessoas intercetadas ou resgatada, e incluem a obrigação de identificar pessoas vulneráveis como vítimas de tráfico e crianças migrantes desacompanhadas e proporcionar-lhes assistência adequada. Enquanto isso, a Frontex relatou que o número de entradas irregulares na UE praticamente duplicou no terceiro trimestre de 2013 (42.618) em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Fontes: [European Commission Press Release](#), 16 de abril de 2014; [Frankfurter Allgemeine Zeitung](#), 19 de fevereiro de 2014

PARLAMENTO EUROPEU / Resolução sobre “Mulheres Migrantes Indocumentadas na UE”

Sublinhando a necessidade de igualdade no acesso à justiça e serviços para todas as mulheres, independentemente da sua situação administrativa, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre "Mulheres Migrantes Indocumentadas na UE", a 4 de fevereiro de 2014. Esta resolução partiu de um relatório de iniciativa da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Género (FEMM) preparado pela relatora Norica Nicolai (ALDE, Roménia). A resolução exorta as autoridades nacionais e europeias a garantirem que o estatuto de imigrante de uma mulher não impeça o seu acesso a habitação digna, saúde, educação e justiça. A resolução recomenda ainda que os estados-membros dissociem agora a perseguição da violência do controlo de imigração, para que todas as vítimas possam reportar os crimes com segurança. As informações sobre os votos dos membros do Parlamento Europeu estão disponíveis [aqui](#).

PARLAMENTO EUROPEU / ESTUDO / Acesso a abrigos por parte das mulheres migrantes indocumentadas que fogem de situações de violência doméstica

Um estudo intitulado "Acesso aos abrigos por parte de mulheres migrantes indocumentadas que fogem de violência doméstica: a situação jurídica e prática dos estados-membros" descreve a situação em oito estados-membros e reúne dados sobre as mulheres em situação irregular e as dificuldades que elas enfrentam no acesso a abrigo e apoio. O estudo é da autoria do Parlamento Europeu, direção-geral das políticas internas da União. O estudo fornece recomendações-chave para as autoridades nacionais e as instituições da UE e está disponível [aqui](#) em inglês, francês e alemão.

PARLAMENTO EUROPEU / Trabalhadores sazonais de fora da UE com direito a melhores condições de trabalho

O Parlamento Europeu aprovou uma nova legislação sobre trabalhadores sazonais a 5 de fevereiro de 2014. As novas regras, aprovadas com uma maioria de 498 votos com 56 contra e 68 abstenções, dará aos trabalhadores sazonais extra-comunitários alguns direitos laborais ao nível do salário mínimo, despedimento, horário de trabalho, férias e exigências de saúde e segurança, como têm os cidadãos da UE. A legislação exige que todas as candidaturas para entrada na UE como trabalhador sazonal incluam um contrato de trabalho ou uma oferta de emprego vinculativa especificando pagamentos, horário de trabalho, bem como provas de que o trabalhador terá alojamento adequado. Os empregadores que violem as suas obrigações enfrentarão sanções e terão de compensar o trabalhador sazonal em causa. No entanto, os estados-membros manterão o direito de decidir quantos trabalhadores sazonais permitem no seu país em cada ano e para fixar uma duração máxima de estadia entre cinco e nove meses por ano.

Fonte: [European Parliament News](#), 5 de fevereiro de 2014; [EU Observer](#) 6 de fevereiro 2014

CONSELHO EUROPEU / Prioridades da Presidência Grega da União Europeia

A presidência grega do Conselho apresentou as suas prioridades às várias comissões do Parlamento Europeu durante a semana de 16 a 23 de janeiro de 2014. As principais preocupações da presidência grega na área das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos incluem a implementação e o funcionamento do pacote Smart Borders, a resposta à situação de migrantes e requerentes de asilo na União Europeia e a emergência de movimentos de extrema-direita em toda a Europa. Nas discussões no seio da Comissão LIBE do Parlamento Europeu tiveram também destaque questões de política interna como a ascensão de partidos extremistas, a violência policial e as fracas condições de detenção de migrantes e requerentes de asilo na Grécia. Para obter mais informações sobre os programas e prioridades da presidência

grega, clique [aqui](#).

Fontes: [European Voice](#), 12 de dezembro de 2013; [European Parliament News](#), 23 de janeiro de 2014

PUBLICAÇÃO / Criminalização dos migrantes em situação irregular e dos seus apoiantes

A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) publicou a 27 de março de 2014 um livro sobre a criminalização dos migrantes em situação irregular. O jornal analisa medidas utilizadas em estados-membros da UE para combater a migração irregular. O relatório analisa quais os estados-membros que criminalizam a estadia irregular e quais os estados-membros que também criminalizam o apoio a migrantes indocumentados por parte de outras pessoas, por exemplo através da provisão de abrigo. Para ler o relatório completo clique [aqui](#).

DESENVOLVIMENTOS A NÍVEL NACIONAL

CHIPRE / Plano de ação para prevenir e combater a migração irregular

Falando durante uma conferência de imprensa para lançar o programa "Sociedades Coloridas", que promove a integração de nacionais de países terceiros que residem de forma regular no Chipre, o Ministro do Interior, Socratis Hasikos, anunciou um plano de ação para prevenir e combater a migração irregular. Hasikos afirmou que combater a migração irregular seria essencial para o desenvolvimento de uma política de migração eficaz e que ajudaria a evitar a exploração dos trabalhadores migrantes e daria apoio ao mercado de trabalho.

Fonte: [InCyprus](#), 12 de fevereiro de 2014

FRANÇA / Nova circular apela a deportações

Pouco antes das eleições municipais, a 11 de março de 2014, o ministro da administração interna, Manuel Valls, debateu a questão da migração irregular numa [circular](#) endereçada aos chefes de departamento da polícia de Paris, dos serviços do país e da polícia de Bouche du Rhône. Depois de expressar a sua satisfação com as ferramentas e serviços eficazes em 2013, a circular apela à deportação sistemática de migrantes sem documentos. Os principais alvos são os requerentes de asilo recusados. A circular determina que o direito aos abrigos de emergência deixará de ser aplicável aos requerentes de asilo recusados.

Fonte: [Passeur d'hospitalité](#), 16 de março de 2014

GRÉCIA / Abordagem à criminalização e violência contra os migrantes na Grécia

Um grupo de organizações que representam e trabalham com os migrantes e requerentes de asilo na Grécia e a nível da UE, publicou recomendações a 20 de março de 2014 para os decisores políticos da União Europeia e outros representantes das instituições da UE, apelando a medidas urgentes para melhorar a situação dos migrantes na Grécia. As recomendações abordam a política de migração e de asilo da UE, a política de justiça, o emprego, a política de inclusão social e a consulta das partes interessadas. Para ler as recomendações, clique [aqui](#).

ALEMANHA / Multas para companhias aéreas que transportem migrantes em situação irregular

As autoridades alemãs estão a centrar-se cada vez mais nas agências de viagens, em especial as companhias aéreas, em esforços para deter a migração irregular. Algumas companhias aéreas viram-se obrigadas a pagar multas num total de 2.6 milhões de euros por transportarem migrantes em situação irregular no último ano. Cada caso envolve multas entre 1.000 e 5.000 euros. Os países de origem muitas vezes não verificam a validade dos documentos de viagem dos passageiros. Entretanto, o número de deportações aumentou. Em 2013, 10.200 pessoas foram deportadas da Alemanha para o seu país de origem por comparação a 7.600 deportações no ano anterior.

Fonte: [Süddeutsche Zeitung](#), 18 de março de 2014

ALEMANHA / Relatório de migração de 2012 divulgado

O Serviço Federal para as Migrações e Refugiados publicou as suas conclusões sobre as tendências migratórias na Alemanha para o ano de 2012. Este relatório foi aprovado pelo Gabinete Federal a 15 janeiro de 2014 e dedica um capítulo à migração irregular, indicando que as autoridades geralmente são obrigadas a denunciar os migrantes indocumentados à polícia ou aos serviços de estrangeiros competentes. De acordo com a Lei de Transposição das Diretivas (Richtlinienumsetzungsgesetz) de novembro de 2011, as escolas estão isentas de transmitir dados para permitir o acesso à educação às crianças migrantes indocumentados. Esta isenção também é estendida a outros estabelecimentos educacionais. A polícia federal registou 25.670 entradas irregulares na Alemanha em 2012. O relatório completo está disponível (em alemão) [aqui](#).

ITÁLIA / Parlamento Italiano passa lei de reforma da despenalização da entrada e permanência irregular

O Parlamento italiano aprovou uma [lei de reforma](#) no dia 2 de abril de 2014 que descriminaliza a entrada e permanência irregular. O Senado da República Italiana votou a 21 de janeiro de 2014 a favor da abolição do crime de entrada e permanência irregular, através da adoção de uma alteração à proposta de lei nº 925/2014 que regulamenta reformas processuais da lei atual de prisão. Segundo a nova alteração, a entrada e permanência irregular, a partir de agora, serão consideradas infrações administrativas e punidas com a remoção. A entrada irregular será contudo tratada como crime em casos de re-entrada e qualquer outra violação de ordens administrativas da migração (isto é, o dever de denunciar, diretivas de remoção, proibição de re-entrada etc.) e será ainda punida no âmbito do direito penal.

Fonte: [Agence France Presse](#), 2 de abril de 2014; [La Stampa](#), 21 de janeiro de 2014

MARROCOS / Lançada campanha de regularização

No dia 2 de janeiro de 2014 foi lançada uma campanha de regularização em Marrocos. Esta campanha é o resultado de uma decisão do Rei Mohammed VI feita em setembro de 2013 (ver [Boletim PICUM de 31 de outubro de 2013](#)). Os migrantes em situação irregular têm até dia 31 de dezembro de 2014 para se regularizarem. As organizações dão boas-vindas a esta iniciativa, mas notam que os critérios são rígidos. Por exemplo, os migrantes devem ser residentes em Marrocos há, pelo menos, cinco anos, têm de ter estado empregados nos dois últimos anos ou devem poder demonstrar, no mínimo, dois anos de vida em comum com o seu cônjuge. Em geral, a campanha deve abranger 25.000 a 30.000 migrantes indocumentados.

Fontes: [Radio France Internacional](#) (RFI), 3 de janeiro de 2014; [Jeune Afrique](#), 12 de novembro de 2013

PAÍSES BAIXOS / Amsterdão oferece assistência médica e abrigo aos migrantes indocumentados

Os esforços de defesa por parte do partido Holandês Verde (GroenLinks) levaram à aprovação pelo conselho da cidade de Amsterdão a 13 abril de 2014 da prestação de assistência aos migrantes indocumentados. A câmara municipal comprometeu-se a fornecer abrigo e assistência médica aos migrantes em situação irregular. Além disso, Amsterdão irá trabalhar com o ROC, o centro regional de educação, no futuro. No início da semana, a câmara municipal aprovou uma resolução que afirma que, embora sejam indocumentadas, as crianças devem continuar a receber apoios.

Fonte: [GroenLinks](#), 13 março de 2014

REINO UNIDO / Ministro da Imigração renuncia por empregar uma funcionária doméstica indocumentada

Mark Harper, o ministro da imigração no Reino Unido, demitiu-se no dia 7 de fevereiro de 2014 depois de ter sido revelado que a sua funcionária doméstica, a qual contratou em abril de 2007, era indocumentada. Recentemente, Mark Harper conduziu um projeto de lei sobre a imigração através da Câmara dos Comuns (ver [Boletim PICUM de 2 de dezembro de 2013](#)), que alerta os empregadores do seu dever de verificar o estatuto de migração de trabalhadores e alerta também os senhorios do seu dever de verificar o estatuto dos inquilinos; esteve também por trás da campanha controversa que colocava anúncios em carrinhas do Reino Unido com a frase "vai para casa ou enfrenta detenção" no Verão 2013 (ver [Boletim PICUM de 22 de agosto de 2013](#)), advertindo os migrantes indocumentados a deixar o Reino Unido. Entretanto, o Serviço dos Direitos da Mulher Latino-Americana, como parte de uma ampla coligação de ONG latino-americanas no Reino Unido (CLAUK), lançou a 18 de março de 2014, uma campanha para mostrar solidariedade e apoio financeiro para com a ex-funcionária doméstica do ministro Harper. A campanha tem por objetivo angariar um mínimo de £10.000 para o Fundo de Defesa Legal para o trabalhador doméstico. Para saber mais sobre a campanha, clique [aqui](#). Para assinar uma petição para a Theresa May, Ministra do Interior do Reino Unido, regularizar a situação do trabalhador doméstico, clique [aqui](#). Human Right Watch (HRW) publicou um relatório intitulado "[Escondidos: Abusos contra os Trabalhadores Domésticos Migrantes no Reino Unido](#)" (Hidden Away: Abuses against Migrant Domestic Workers in the UK") no dia 31 de março de 2014 fornecendo dados e testemunhos sobre um vasto leque de abusos criminais e laborais contra os trabalhadores domésticos no Reino Unido.

Fontes: [The Guardian](#), 9 de fevereiro de 2014; [International New York Times](#), 9 de fevereiro de 2014

EUA / O presidente da câmara municipal da cidade de Nova Iorque propõe cartões de identificação para migrantes indocumentados

O democrata Bill de Blasio, que foi eleito presidente da câmara da cidade de Nova Iorque em novembro de 2013, afirmou, no seu primeiro endereço de Estado da Cidade, que Nova Iorque tornar-se-ia o maior município a oferecer cartões de identificação aos residentes independentemente do seu estatuto de residência. Desta forma, deverá tornar-se mais fácil para migrantes indocumentados abrir contas bancárias, alugar apartamentos, ou requisitar livros da biblioteca. Com esta proposta, Blasio contorna os legisladores federais de Washington D. C., cujos esforços no sentido de aprovar políticas similares foram recentemente paralisados. Iniciativas semelhantes já existem noutras cidades dos EUA, como São Francisco e Los Angeles.

Fonte: [New York Times](#), 10 de fevereiro de 2014

CUIDADO DE SAÚDE

PORTUGAL / Manual sobre o acesso a cuidados de saúde para os não cidadãos

A Administração Central do Sistema de Saúde Português publicou um manual de acesso ao sistema de saúde para os cidadãos estrangeiros em dezembro de 2013. O documento também explica os direitos e as responsabilidades dos nacionais de países terceiros. Os migrantes e residentes temporários deverão registrar-se inicialmente com a autoridade local de saúde a fim de obter um "cartão de utente". Só então eles podem inscrever-se no Serviço Nacional de Saúde (SNS). É necessária uma autorização de residência emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para iniciar o processo. Vistos expirados emitidos pelo SEF também são aceites se forem acompanhados por um pedido de renovação de visto. Os migrantes que não puderem fornecer tais documentos podem ainda receber o cartão, mas são obrigados a pagar por serviços médicos. A Autoridade Central salienta que os migrantes indocumentados não têm direito a aceder ao sistema de saúde português. O Despacho 25 360/2001 ([Despacho 25 360/2001](#)) estipula que todas as crianças com idade inferior a 16 anos têm acesso a cuidados de saúde prestados pelo Serviço Nacional de Saúde. Mais informações [aqui](#)
Fonte: [O Povo](#), 28 de janeiro de 2014

EUA / Mulheres grávidas detidas por autoridades da imigração

Entre agosto e novembro de 2013 um total de 13 mulheres grávidas foram detidas pelo Serviço de Imigração e Controlo Aduaneiro (ICE) num centro de detenção em El Paso, Texas. Apesar das orientações da agência informando que as mulheres grávidas não devem ser detidas a menos que sejam uma ameaça à segurança pública ou cumpram os requisitos da detenção preventiva obrigatória, as mulheres foram detidas após tentativas de travessia de fronteira. Algumas foram libertadas no mesmo dia, enquanto outras ficaram detidas durante várias semanas. Os casos foram levados à atenção da opinião pública pela National Immigrant Youth Alliance (Aliança Nacional de Jovens Imigrantes). Os defensores temem que estes números sejam indicativos de uma tendência mais vasta nas instalações do ICE para a detenção das mulheres grávidas.

Fontes: [Fusion](#), 13 de dezembro de 2013.

EUA / Legislador da Califórnia promove o acesso aos cuidados de saúde para imigrantes indocumentados

Ricardo Lara, o Senador Democrata Californiano, falou a favor da cobertura de cuidados de saúde para imigrantes indocumentados na Califórnia. Uma versão de estado da Lei de Cuidados de Saúde Acessíveis, atualmente disponível apenas aos cidadãos dos Estados Unidos, deveria aplicar-se igualmente aos migrantes indocumentados. Lara argumenta que se a lei federal serve para prestar cuidados de saúde aos que não possuem seguro, o estatuto de migração não deve ser uma barreira. Dos cerca de 2.6 milhões de migrantes em situação irregular na Califórnia, um milhão não tem seguro. Lara está a trabalhar com o Health Access (Acesso à Saúde), um grupo de defesa, para criar a lei dos cuidados de saúde.

Fontes: [Los Angeles Times](#), 10 de janeiro de 2014; [Press Telegram](#), 10 de janeiro de 2014

EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

HONG KONG / Exploração de trabalhadoras domésticas

Casos recentes de graves abusos físicos a migrantes que são trabalhadoras domésticas provocaram protestos em Hong Kong. Erwiana Sulistyaningsih, uma trabalhadora doméstica indonésia, saiu de Hong Kong a 10 de janeiro de 2014 desfigurada após sofrer graves abusos físicos durante cerca de oito anos como trabalhadora doméstica. A 15 de janeiro de 2014, durante um protesto à porta da antiga agência de emprego de Erwiana, uma outra trabalhadora doméstica de nacionalidade indonésia, relatou abusos físicos por parte do mesmo empregador. Em 2012, um inquérito da Mission for Migrant Workers relatou que 18% das trabalhadoras domésticas migrantes na cidade foram fisicamente abusadas.

Fontes: [World Time](#), 15 de janeiro de 2014; [World Time](#), 16 de janeiro de 2014

RUSSIA / JOGOS OLÍMPICOS / Exploração de trabalhadores migrantes

Antes de serem lançados os Jogos Olímpicos de Inverno em Sochi, na Rússia, a 7 de fevereiro de 2014, novos relatórios revelaram a exploração do trabalho de migrantes indocumentados nos 50 mil milhões de dólares que foram gastos na construção dos jogos. Os migrantes relataram ter trabalhado sem contrato e terem sido ameaçados quando pediram esclarecimentos acerca do pagamento após terem terminado o seu trabalho. Um grupo de sérvios relatou que os vistos que lhes tinham sido prometidos expiraram, que ficavam instalados em acomodações superlotadas, sem condições sanitárias e que tinham sido detidos e presos. Depois de vários dias de detenção, os trabalhadores voltaram para a Sérvia, tendo ganho, cada um deles, 250€.

Fontes: [Reuters](#), 5 de fevereiro de 2014; [Human Rights Watch](#), fevereiro de 2014

EUA / Migrante indocumentado admitido para exercer advocacia

O Supremo Tribunal da Califórnia decidiu a [2 de Janeiro de 2014](#) que Sergio Garcia, de 36 anos, que entrou no país irregularmente e desta forma conseguiu entrar na Faculdade de Direito a fazer trabalho manual, será admitido na Ordem e pode exercer advocacia. Contudo, sob lei judicial, nenhuma empresa de advogados, negócio ou agência pública, o pode contratar. Sergio Garcia anunciou que planeia abrir a sua própria empresa de advogados, uma vez que não há nenhuma lei no país que restrinja os empresários. Enquanto o Congresso dos EUA continua estagnado na revisão das leis nacionais de imigração, alguns estados foram progressivamente garantindo direitos aos migrantes indocumentados, tais como o acesso à educação, ou obter a carta de condução, em alguns estados.

Fontes: [New York Times](#), 2 de janeiro de 2013; [The Wall Street Journal](#), 21 de janeiro de 2013

MULHERES INDOCUMENTADAS

ESPANHA / PUBLICAÇÃO / Mulheres indocumentadas enfrentam violência sexual em Espanha

A Aspacia Foundation (Fundação para a Convivência) publicou, em novembro de 2013, um estudo intitulado "Amidst fear and lack of protection. Undocumented migrant women facing sexual violence in Spain" (Entre o medo e a falta de proteção. Migrantes indocumentadas enfrentam violência sexual em Espanha). O relatório examina os obstáculos que as mulheres indocumentadas enfrentam no seu acesso à proteção e justiça em Espanha. Em particular, discriminação estrutural e cultural, barreiras no acesso a cuidados de saúde e obstáculos à denúncia de violência sexual, devido ao medo de serem deportadas. Para ver o relatório completo (em espanhol), clique [aqui](#).

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS

BÉLGICA / MEPs criticam o governo pelo tratamento dos afegãos indocumentados em Bruxelas

A chefe do grupo parlamentar de esquerda GUE, Gabi Zimmer, juntamente com a MEP portuguesa, Alda Sousa, da mesma facção, anunciou a 23 de janeiro de 2014 que fariam circular uma carta pelos eurodeputados de forma a denunciar o tratamento belga aos afegãos, pedindo ao governo que mude a sua posição sobre se é seguro que eles voltem para o Afeganistão. Um grupo de afegãos indocumentados e desalojados, incluindo muitas famílias, estão atualmente na igreja Beguinage em Bruxelas. Num discurso que fez num evento, a 11 de fevereiro, Gabi Zimmer lamentou a falta de serviços, incluindo cuidados de saúde e água, dados aos migrantes, e particularmente às crianças e famílias, que não conseguiram voltar ao seu país de origem.

Fontes: [EU Observer](#), 23 de janeiro de 2014; [GUE/NGL Letter to Belgian Prime Minister](#), 7 de fevereiro de 2014

GRÉCIA / O Conselho de Estado grego nega a pais estrangeiros a naturalização de crianças nascidas na Grécia

O Conselho de Estado grego tomou a sua decisão n.º 460/2013 a 6 de fevereiro de 2014 para retirar a Lei 3838/2010, que permitia originalmente a naturalização de migrantes que residiam na Grécia há mais de seis anos e usufruíam do sistema de educação ou para aqueles que tinham nascido no país como segunda geração de migrantes. De acordo com a decisão do Tribunal, pessoas de países terceiros também já não poderão votar ou ser eleitos nas eleições municipais e as crianças nascidas na Grécia, filhos de pais estrangeiros, não poderão adquirir a nacionalidade grega, com base na duração da sua residência ou educação na Grécia.

Fontes: [European University Issue](#), 18 de fevereiro de 2014; [Greek Crisis Review](#), março de 2014

PAÍSES BAIXOS / Amesterdão começa a dar benefícios sociais a famílias monoparentais para pais indocumentados de crianças holandesas

As crianças holandesas, filhas de pais solteiros que não têm permissão de residência, têm agora direito a benefícios sociais para famílias monoparentais em Amesterdão. Vários outros municípios já têm esta política. Nos Países Baixos, geralmente todas as crianças, incluindo as indocumentadas, têm o direito à proteção, cuidados de saúde, educação e outros serviços básicos.

Fontes: [Stichting LOS Newsletter](#), Volume 3 Número 24, 9 de dezembro de 2013;

PAÍSES BAIXOS / Avaliação do Children's Pardon

No total, cerca de 3.270 candidaturas foram submetidas para regularização, através do *Children's pardon* (Perdão das

crianças). Este é um mecanismo para regularizar crianças que viveram no país continuamente durante mais de cinco anos, antes de completarem os 18 anos e que previamente tenham pedido asilo e ao qual não tenha sido dada uma resposta positiva. No total, foram garantidas 1.340 candidaturas. Aproximadamente 1.800 candidaturas foram rejeitadas. Vários processos judiciais recentes, relativos ao *child's pardon*, que recorreram devido às decisões negativas, foram bem sucedidos.

Fonte: [Stichting LOS Newsletter](#), Volume 3 Number 24, 9 de dezembro de 2013

RELATÓRIO / Championing Children's Rights: A global study of independent human rights institutions for children

O departamento de pesquisa da UNICEF lançou a primeira revisão global de instituições independentes para os direitos humanos para crianças. O objetivo do relatório é ajudar os leitores a compreenderem o propósito e o potencial das instituições independentes para os direitos humanos das crianças, o que elas fazem e como operam. Também inclui vários casos onde as instituições independentes para os direitos humanos intervieram em violações dos direitos de crianças migrantes. Leia o relatório [aqui](#).

Fontes: [UNICEF Office of Research](#), dezembro de 2013; [Child Rights Information Network](#), CRINmail 1360, 15 de janeiro de 2014

ESTUDO / Eurochild e UNICEF lançam publicação que exige que a UE avance na concretização dos direitos das crianças para todas as crianças

A publicação "[Realising the rights of every child – moving forward with the EU](#)" feita em fevereiro de 2014, salienta o papel atual e futuro da UE na concretização dos direitos das crianças através de políticas e ações internas e externas. A Eurochild publicou ao mesmo tempo o seu "Documento de Decisão": "[Mainstreaming Children's Rights in EU Legislation, Policy and Budget - Lessons from Practice](#)". O estudo orienta no sentido de como a difusão eficaz dos direitos da criança pode ser levada a cabo nas políticas internas, orçamento e legislação da UE.

USA / Fundo para a escolaridade criado para estudantes indocumentados

O antigo proprietário do Washington Post, Donald E. Graham, juntamente com o angariador de fundos do Comité Nacional Democrático, Henry R. Muñoz, e o antigo secretário do gabinete Republicano, Carlos Gutierrez, lançaram um [fundo](#) de 25 milhões de dólares para conceder escolaridade a estudantes indocumentados. Cerca de 1.000 alunos irão beneficiar do fundo no próximo ano letivo. Apesar de 17 estados dos EUA permitirem agora que estudantes indocumentados beneficiem de algumas taxas, eles não são elegíveis para receber ajuda financeira federal. Todos os anos, cerca de 65.000 estudantes indocumentados concluem o ensino secundário nos EUA.

Fonte: [Washington Post](#), 4 de fevereiro de 2014

ONU / Pedido aos estados para que discutam as barreiras que as crianças enfrentam no acesso à justiça

A 16 de dezembro de 2013 o escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) lançou um relatório sobre "O acesso à justiça para as crianças". O relatório refere a necessidade de estabelecer procedimentos de reclamação acessíveis a nível nacional e internacional, de prestar às crianças o aconselhamento e a assistência que elas precisam para se envolverem no sistema jurídico, bem como formas de superar as outras barreiras que enfrentam no que respeita aos seus direitos. O relatório mostra as barreiras adicionais que as crianças migrantes enfrentam no acesso à justiça e pede à justiça que discuta esta questão e adote medidas de proteção especiais. O relatório está disponível [aqui](#) (em inglês, francês, espanhol, chinês, árabe e russo).

ONU / Relatório *World Youth Report* foca-se nos Jovens e na Migração

O relatório de 2013 da ONU *World Youth Report* discute o tema da migração e oferece um vasto entendimento acerca da situação dos jovens migrantes, através da perspectiva dos próprios jovens. Baseado nas suas próprias vidas e contado pelas suas próprias vozes, o relatório salienta algumas das preocupações, desafios e sucessos experienciados por jovens migrantes. Os desafios particulares em torno da migração irregular para os jovens migrantes, bem como o impacto que uma situação irregular pode ter no bem-estar de um jovem em países e destinos, também é abordado. Leia o relatório [aqui](#).

ONU / Alemanha incitada a respeitar os direitos das crianças indocumentadas

A revisão periódica feita pelo Comité da ONU para os Direitos da Criança sobre a implementação da Alemanha da Convenção sobre os Direitos da Criança a 31 de janeiro de 2014 também considerou os direitos das crianças indocumentadas. Nas suas observações conclusivas, o Comité incitou o estado a não obrigar os prestadores de serviços a denunciar as crianças indocumentadas às autoridades da imigração. Além disso, o Comité expressou a sua preocupação acerca dos inadequados serviços de saúde para as crianças indocumentadas, incluindo o tratamento de doenças agudas, cuidados de saúde preventivos e terapia de apoio psicossocial, quando necessário. O relatório, que incluiu recomendações especiais no que diz respeito ao acesso a registos de nascimento, bem como detenção de imigrantes, está disponível [aqui](#).

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

FRANÇA / Crianças continuam detidas

Na sua campanha eleitoral, o Presidente francês François Hollande prometeu acabar com a detenção de crianças. Contudo, a detenção de crianças continua a ocorrer e não é supervisionada de uma forma melhorada. Em janeiro de 2014, pelo menos duas novas famílias com jovens e crianças foram detidas. Uma mulher, o seu bebé de quatro meses de idade e o seu filho de dois anos de idade foram detidos em Metz de 28 a 29 de janeiro. Foram deportados na manhã seguinte para Itália.

Fonte: [La Cymade](#), 31 de janeiro de 2014

GRÉCIA / Detenção de crianças afegãs

Na sequência de uma visita à Grécia e de uma inspeção levada a cabo pelo centro de acolhimento Moira, o Partido Ecologista Os Verdes documentou a detenção de nove crianças afegãs que permaneceram detidas por mais de 20 dias. Trata-se de uma violação direta da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos das Crianças que tem sido reportada de forma contínua na Grécia. Entre 2009 e 2012, a Grécia foi condenada pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em 11 casos relativos às condições de vida dos refugiados e dos migrantes detidos nos centros de detenção.

Fontes: [Okeanews](#), 15 de janeiro de 2014; ACNUR Revista de Imprensa da Grécia: 14 a 17 de janeiro de 2014

ITÁLIA / Medici per i Diritti Umani divulgam dados sobre detenção de imigrantes em Itália

A organização não-governamental Medici per i Diritti Umani (MEDU) – Médicos pelos Direitos Humanos, em português – publicou [dados](#) a 25 de Fevereiro sobre o uso da detenção administrativa de migrantes indocumentados em Itália durante o ano de 2013. Os dados mostram que, no decorrer do ano de 2013, 6,016 migrantes (dos quais 5,431 são homens e 585 mulheres) foram detidos em centros italianos de detenção de imigrantes. O estudo conclui que a detenção administrativa de migrantes indocumentados não se trata de uma forma dissuasora à migração irregular nem uma ferramenta efetiva que assegure o retorno. O estudo é o resultado de 18 visitas da MEDU a todos os centros de detenção de imigrantes no território italiano durante o período que compreende os anos de 2011 a 2013. Um relatório de síntese das visitas está disponível [aqui](#).

Fonte: [Medici per i Diritti Umani](#), 25 de fevereiro de 2014

PAÍSES BAIXOS / Coligação contra a detenção de crianças apresenta petição ao Departamento de Segurança e Justiça

A coligação '[Geen kind in de cel](#)' (Nenhuma criança em detenção), que inclui organizações como a Amnistia Internacional, Defence for Children, VreemdelingenWerk Nederland e a representação da UNICEF nos Países Baixos apresentaram no dia 28 de janeiro de 2014 a publicação "Pai, fizemos algo errado?" (Papa, hebben wij iets ergs gedaan?) ao Departamento de Segurança e Justiça. A publicação dá voz às crianças e famílias que foram detidas ou que continuam detidas e evidencia as consequências a longo prazo que as detenções podem ter nas crianças. Clique [aqui](#) para ler a publicação em holandês.

Fonte: [Volkskrant](#), 28 de janeiro de 2014

NORUEGA / Número recorde de deportações em 2013

A Noruega deportou um número recorde de migrantes indocumentados ao registar 5,198 deportações em 2013, um aumento de 31 por cento se a comparar com 2012 (3,958 deportações). As razões para as deportações foram, entre outras, as violações ao ato de imigração do país. Os cidadãos nigerianos e afegãos constituíram os maiores grupos de migrantes deportados.

Fonte: [The Local](#), 27 de janeiro de 2014

RELATÓRIO / Investigação revela falhas na aplicação da diretiva comunitária relativa ao repatriamento em Espanha, Itália e no Chipre

Um grupo conjunto de organizações da sociedade civil conduziu uma investigação entre agosto de 2012 e janeiro de 2014 sobre a implementação da Diretiva Comunitária de Retorno (2008/115/EC) em Itália, Chipre e Espanha. O estudo centra-se na investigação das condições em que os migrantes são detidos nos três países referidos. O relatório do projeto intitulado "[No limiar. A implementação da Diretiva de Retorno em Itália, Chipre e Espanha](#)" identificou várias lacunas na Convenção Europeia dos Direitos do Homem, assim como violações nas provisões da Diretiva de Retorno relativamente à detenção de migrantes nos três países. Tais lacunas incluem o facto de a detenção não ser usada como último recurso mas o facto de a detenção de longo prazo constituir, pelo contrário, a norma dominante; os migrantes que são privados da sua liberdade, mesmo em casos nos quais a deportação não pode ser levada a cabo; as crianças e outros grupos particularmente vulneráveis serem detidos; e os migrantes que são frequentemente detidos em conjunto com cidadãos por infrações penais.

Fonte: [KISA](#), janeiro de 2014

REINO UNIDO / Preocupações relativamente ao impacto da detenção administrativa nas mulheres migrantes

Um relatório da organização *Women for Refugee Women*, intitulado ‘[Detidas: Mulheres requerentes de asilo presas no Reino Unido](#)’, concluiu que quase um terço das mulheres que tentaram obter asilo no Reino Unido em 2012 foram detidas. Na sequência de entrevistas com uma amostra de 46 mulheres detidas, o estudo concluiu que 93% se sentiram deprimidas, 85% se sentiram assustadas, mais de metade pensou em suicidar-se e mais de um quinto tentou mesmo suicidar-se. Uma petição online remetida à ministra britânica do Interior, Theresa May, e iniciada pela filha de uma mulher indocumentada que foi detida em conjunto com a sua mãe em Yarls Wood quando tinha apenas 13 anos de idade, exige que o governo pare de deter mulheres que tentaram obter asilo no Reino Unido e que investigue de forma adequada as queixas de abusos cometidos por membros dos funcionários. A petição encontra-se disponível [aqui](#).

MAPA / Lançamento de sítio interativo na internet que mapeia a detenção na Europa

A rede Migreurop lançou a 13 de dezembro de 2013 um sítio interativo e dinâmico relativo ao [mapeamento da detenção de migrantes na Europa e para além da Europa](#). O novo sítio pretende registar os lugares, formas e condições da detenção de migrantes e as suas sérias consequências humanas; permitir o acesso a informação relacionada com centros de detenção de migrantes e o contacto com os migrantes detidos. De acordo com a Migreurop, existem 393 campos fechados de detenção de migrantes nos estados-membros da União Europeia (EU), nos países candidatos que requereram o estatuto de estado-membro na EU, nos que englobam a Política Europeia de Vizinhança e em alguns dos estados que participaram nas políticas de migração europeia no período de 2011 a 2013. Para mais informações sobre a Migreurop, clique [aqui](#).

PROJETO / A detenção inútil de migrantes sem retorno

O projeto de um grupo de organizações da sociedade civil intitulado ‘Uma face da história: a questão dos migrantes sem retorno detidos’ pretende fomentar a sensibilização relativamente aos migrantes sem retorno e exorta os decisores políticos ao nível da UE a colocar um fim na sua detenção e a procurar soluções. O projeto inclui estudos de caso baseados nas experiências de 39 migrantes sem retorno em estados-membros da UE, assim como o lançamento do relatório “[Ponto sem retorno. A detenção inútil de migrantes sem retorno](#)”. Para mais informações sobre o projeto, clique [aqui](#).

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

CONCURSO DE VÍDEO / Apresentação de propostas para o PLURAL+ 2014

[PLURAL+](#) é um festival juvenil de vídeo. Uma iniciativa conjunta da Aliança das Civilizações das Nações Unidas (UNAOC), da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e de mais de 50 organizações parceiras resultou na organização de um festival que pretende encorajar os jovens a expressarem-se em assuntos como a migração, a diversidade e a inclusão social. Para submeter um vídeo, os participantes devem ter entre 9 e 25 anos de idade. Cada um dos três vídeos vencedores vão receber 1000 dólares e os jovens produtores vão ser convidados para Nova Iorque, de modo a marcarem presença na cerimónia de entrega dos prémios. A chamada para propostas de 2014 encerra a 27 de junho. Para mais informação clique [aqui](#).